



Postal Saúde

Sua vida, nossa existência

ESTATUTO SOCIAL

SUMÁRIO

CAPÍTULO I : DA INSTITUIÇÃO, SEUS FINS E OBJETIVOS	3
CAPÍTULO II : DA MANTENEDORA	3
CAPÍTULO III : DOS ASSOCIADOS	4
CAPÍTULO IV: DAS FONTES DE RECURSO	6
CAPÍTULO V : DO ATENDIMENTO.....	6
CAPÍTULO VI : DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	6
Seção I - Disposições Preliminares.....	6
Seção II - Da Assembleia-Geral.....	8
Seção III - Do Conselho Deliberativo.....	9
Subseção I - Da Definição	9
Subseção II - Da Composição.....	9
Subseção III - Do Mandato	10
Subseção IV - Das Competências	11
Subseção V - Do Funcionamento	12
Seção IV - Da Diretoria Executiva.....	12
Subseção I - Da Definição	12
Subseção II - Da Composição	12
Subseção III - Dos Mandatos.....	12
Subseção IV - Das Competências	13
Subseção V - Do Funcionamento	14
Seção V - Do Conselho Fiscal.....	14
Subseção I - Da Definição	15
Subseção II - Da Composição	15
Subseção III - Dos Mandatos.....	15
Subseção IV - Das Competências	16
Subseção V - Do Funcionamento	16
Seção VI - Das Eleições, Indicações, Substituições e Requisitos dos Membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.....	17
CAPÍTULO V - Das Disposições Gerais e Transitórias	17

CAPÍTULO I: DA INSTITUIÇÃO, SEUS FINS E OBJETIVOS

Art. 1º - A **Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios**, doravante designada **Postal Saúde**, pessoa jurídica de direito privado, constituída em Assembleia Geral de 30/04/2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º - O prazo de duração da **Postal Saúde** é indeterminado.

Art. 3º - São objetivos precípuos da **Postal Saúde**:

- I. operar planos privados de assistência à saúde, proporcionando aos seus Associados, assistência à saúde, nas formas disciplinadas nos Regulamentos específicos de cada Plano;
- II. desenvolver ações que visem a prevenção de doenças e a recuperação, manutenção e reabilitação da saúde de seus Associados;
- III. executar programas de medicina ocupacional voltados para atender aos empregados da Mantenedora.
- IV. executar as políticas de saúde definidas pela Mantenedora, visando a qualidade de vida dos associados, **em conformidade com a sustentabilidade financeira da Mantenedora.**

§ 1º - Nenhuma prestação de serviço poderá ser criada, majorada, estendida, autorizada ou mantida sem a correspondente fonte de custeio e disponibilidade orçamentária.

§ 2º - Para realizar os seus objetivos a **Postal Saúde**, dentro das necessidades, poderá criar filiais, núcleos regionais ou representantes em todo o território nacional.

§ 3º - O início das atividades como operadora de planos de saúde dependerá da autorização de funcionamento pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

CAPÍTULO II: DA MANTENEDORA

Art. 4º - A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), doravante denominada, simplificada, como ECT, é definida como mantenedora da **Postal Saúde**, garantindo os riscos decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde de seus empregados ativos, aposentados e anistiados na forma da Lei 10.559/2002, bem como seus dependentes.

Parágrafo Único - A formalização da condição de Mantenedor dar-se-á por meio de Termo de Garantia Financeira com **Postal Saúde** ou outro documento que seja reconhecidamente válido perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Art. 5º - (Revogado)

Parágrafo Único - (Revogado)

Art. 6º - (Revogado)

Art. 7º - Cabe à Mantenedora:

- I. fiscalizar, sempre que entender necessário, por iniciativa dos representantes no Conselho Deliberativo, a observância deste Estatuto e a aplicação dos recursos ou das reservas da **Postal Saúde**;
- II. fiscalizar a execução da política de saúde por ela definida para seus

- empregados;
- III. contribuir, mensalmente, em moeda corrente nacional, com a importância que lhe cabe no custeio dos planos de saúde dos associados; e
- IV. (Revogado)
- V. definir a remuneração da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III: DOS ASSOCIADOS

Art. 8º - Poderão ser associados na **Postal Saúde**:

- I. na condição de Associada Mantenedora: a ECT;
- II. (Revogado)
- III. na condição de Associados Beneficiários: os titulares dos planos privados de assistência à saúde vinculados à Associada Mantenedora;
- IV. na condição de Associados Pensionistas: os titulares dos planos privados de assistência à saúde que, na forma do Regulamento dos Planos, tiverem o direito de se inscreverem para lhes assegurar a assistência à saúde.

§ 1º - A opção para ingresso como Associado Beneficiário ou Associado Pensionista da **Postal Saúde** será condicionada ao preenchimento de Termo de Inscrição e à sua plena aceitação pela **Postal Saúde**, bem como pela concordância dos termos estabelecidos neste Estatuto Social e nos Regulamentos específicos, implicando, quando aplicável, na autorização para efetivação do pagamento de contribuição e de outras obrigações financeiras para o custeio dos planos de saúde em folha de pagamento, boleto bancário ou débito em conta-corrente.

§ 2º - Excepciona-se ao disposto no §1º os beneficiários que forem admitidos na **Postal Saúde** por meio de processo de cisão, incorporação, transferência de carteira ou inclusão pela Associada Mantenedora, o que não os impede de solicitar suas exclusões a qualquer tempo.

§ 3º - Os associados não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações da **Postal Saúde**, porém, respondem civil e penalmente, pelos prejuízos causados quando:

- I. agirem com culpa ou dolo, embora dentro de suas atribuições e poderes; e
- II. violarem a Lei, este Estatuto, o Regimento Interno da **Postal Saúde** e os Regulamentos dos planos coletivos de saúde da **Postal Saúde**.

Art. 9º - Sem prejuízos de outros previstos em normas específicas, são direitos dos Associados Beneficiários e Associados Pensionistas:

- I. usufruir, juntamente com o grupo familiar admitido pelo Regulamento dos Planos, das coberturas assistenciais oferecidas pelo plano a que estiver vinculado e dos demais programas e serviços assistenciais à saúde administrados pela **Postal Saúde**, respeitadas as regras e condições definidas nas normas de cada benefício;
- II. pleitear revisão de qualquer punição que lhe tenha sido imposta pela Diretoria da **Postal Saúde**;
- III. receber tratamento cordial, respeitoso e educado de empregado, administrador e prestador de serviços da **Postal Saúde**;
- IV. desligar-se da **Postal Saúde**, o que não os exime de quitar o pagamento de suas obrigações financeiras.

Art. 10 - Sem prejuízos de outros previstos em normas específicas, são deveres dos

associados:

- I. zelar pelo bom nome e pelo patrimônio da **Postal Saúde**;
- II. pagar, em dia, as obrigações financeiras devidas ao **Postal Saúde**;
- III. acatar as disposições estatutárias e regulamentares;
- IV. informar e comprovar à **Postal Saúde**, no prazo máximo de 30 dias, a contar do primeiro pagamento e mudanças que vier a ocorrer, os valores referentes aos benefícios do Órgão Oficial da Previdência Social, quando a contribuição ao Plano a qual estiver vinculado for definida em percentual sobre a remuneração, provento ou pensão;
- V. dispensar cordialidade, respeito e educação aos empregados, administradores e prestadores de serviços da **Postal Saúde**.

Parágrafo Único - O não pagamento das obrigações financeiras enseja justa causa para exclusão do associado, observadas as regras de inadimplência definida nos Regulamentos dos Planos.

Art. 11 - O desligamento espontâneo do associado dar-se-á:

- I. no caso de Associado Beneficiário ou Pensionista, mediante comunicação formal à **Postal Saúde**;
- II. no caso de Associada Mantenedora, após o cumprimento das disposições estabelecidas nos convênios de adesão e normas emanadas pela ANS sobre retirada de mantenedor.

Art. 12 - Será demitido o Associado Beneficiário ou Pensionista que perder o vínculo exigido no Regulamento dos Planos para usufruir da assistência à saúde que lhes for assegurada.

Art. 13 - A exclusão dos Associados dar-se-á por meio de ato administrativo da Diretoria Executiva, garantido um prazo mínimo de 10 dias para a apresentação de defesa por parte do interessado, para pleno direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa e, da decisão da Diretoria Executiva, caberá recurso ao Conselho Deliberativo, no prazo de 10 dias, contados da notificação da decisão, que poderá ser por via postal, pessoal ou edital.

§ 1º - São hipóteses de exclusão dos Associados:

- I. inadimplência quanto aos valores devidos ao Plano a que estiver vinculado;
- II. não proceder às atualizações cadastrais exigidas no Regulamento dos Planos, inclusive as relativas aos valores recebidos dos órgãos oficiais, na forma do art. 10, IV, bem como os casos de separação do cônjuge ou companheiro;
- III. fraude.

§ 2º - Nos casos de inadimplência, a exclusão e suspensão dos atendimentos assistenciais à saúde ocorrerão nos termos estabelecidos no Regulamento do Plano.

§ 3º - Nos casos de fraude relativos a doença ou lesão preexistente, a exclusão ocorrerá após a manifestação da ANS reconhecendo a fraude.

§ 4º - Os Associados Beneficiários e Pensionistas são responsáveis pelos atos praticados por seu grupo familiar, inclusive pelo ressarcimento dos prejuízos causados à **Postal Saúde**.

§ 5º - Nos casos de fraude do Associado Beneficiário, a ocorrência será comunicada à Mantenedora, cabendo à Diretoria Executiva da Postal Saúde apreciar a gravidade do fato, a reincidência, outras circunstâncias envolvidas e decidir pela suspensão do associado por até 24 meses ou pela sua exclusão do quadro social.

Art. 14 - Ressalvada a hipótese de falecimento, a demissão ou exclusão do Associado Beneficiário ou Pensionista implica na exclusão do seu grupo familiar, observadas as normas constantes dos Regulamentos dos Planos.

Parágrafo Único - Na ocorrência de falecimento do Associado, a manutenção do grupo familiar importará na assunção das obrigações financeiras contempladas nos planos a que estiverem vinculados.

Art. 15 - A demissão ou exclusão da **Postal Saúde** não desobriga o ex-associado do pagamento de despesas relativas à sua participação financeira, mesmo que apurados após o desligamento.

CAPÍTULO IV: DAS FONTES DE RECURSO

Art. 16 - São fontes de recurso para manutenção da **Postal Saúde**:

- I. a participação financeira paga pelos Associados de todas as categorias, na forma que vier a ser definida nos respectivos Regulamentos dos Planos ou Convênios de Adesão;
- II. as receitas financeiras resultantes da aplicação de reservas e disponibilidades;
- III. os bens móveis e imóveis e suas rendas;
- IV. as doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias não previstas nos incisos precedentes;
- V. as receitas de qualquer natureza.

Art. 17 - O patrimônio da **Postal Saúde** será constituído de bens, direitos e obrigações.

CAPÍTULO V: DO ATENDIMENTO

Art. 18 - A assistência à saúde será realizada em hospitais, clínicas, consultórios através de profissionais especializados, na forma e limites estabelecidos nos respectivos Regulamentos dos Planos, Normas de Benefícios e Convênio de Adesão.

Parágrafo Único - Cada plano de saúde criado tem custeio, contabilidade e regulamento próprios, não podendo jurídica ou financeiramente um impactar outro, ressalvada previsão expressa nos Regulamentos dos Planos sobre eventual subsídio dos beneficiários em planos diversos dos quais estão vinculados.

Art. 19 - A **Postal Saúde** manterá rede credenciada de prestadores de serviços, necessários ao atendimento à saúde de seus Associados Beneficiários, bem como poderá firmar convênio com outras operadoras de assistência à saúde, associações e/ou entidades congêneres, nos casos admitidos na legislação de saúde em vigor.

Art. 20 - O Regulamento dos Planos e as Normas de Benefícios deverão contemplar as condições de atendimento e os mecanismos de regulação para utilização dos serviços.

CAPÍTULO VI: DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Seção I - Disposições Preliminares

Art. 21 - Os órgãos estatutários da **Postal Saúde** são:

- I. a Assembleia-Geral;
- II. o Conselho Deliberativo;
- III. a Diretoria Executiva;
- IV. o Conselho Fiscal.

§ 1º - É vedada a participação no Conselho Deliberativo, na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal de membros ligados entre si por laços de parentesco até o terceiro grau.

§ 2º - É vedada a participação de empregado da **Postal Saúde** no Conselho Deliberativo ou no Conselho Fiscal.

§ 3º - São requisitos indispensáveis para o exercício de cargos no Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

- I. (Revogado)
- II. estar em gozo pleno dos seus direitos estatutários;
- III. cumprir as disposições previstas na legislação de saúde suplementar para o cargo de administrador.
- IV. cumprir os seguintes requisitos:
 - 1) ser escolhido entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento;
 - 2) possuir quatro anos de experiência em atividade na área financeira, contábil, administrativa, jurídica ou de saúde;
 - 3) ter formação de nível superior em pelo menos uma das áreas referidas no item anterior;
 - 4) não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010;
 - 5) não ser representante do órgão regulador ao qual a entidade está sujeita;
 - 6) não exercer os seguintes cargos:
 - a) Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal;
 - b) de Natureza Especial;
 - c) em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo efetivo com o serviço público;
 - d) dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciado
 - e) titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciado;
 - 7) não ter atuado, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
 - 8) não exercer cargo em organização sindical;
 - 9) não ter firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza ou com a própria operadora em período inferior a três anos antes da data de nomeação;
 - 10) não ter ou possam ter qualquer forma de conflito de interesse com a mantenedora ou com a própria operadora;

11) não ter sofrido condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado por:

- a) crime contra o patrimônio público ou de operadora de saúde suplementar;
- b) crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- c) crime hediondo ou praticado por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- e
- d) práticas que determinaram demissão, destituição ou cassação de aposentadoria, no âmbito do serviço público;

12) não ter sofrido penalidade administrativa de suspensão ou de inabilitação por infração à legislação da seguridade social; e

13) não ser cônjuge ou parente até o terceiro grau de conselheiro, diretor ou dirigente da operadora de saúde suplementar ou da mantenedora;

14) A vedação prevista nos itens "5" e "6" estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas;

15) O disposto no item "11" não se aplica a crimes culposos ou quando decisão judicial suspender ou anular a decisão ou o fato gerador do impedimento.

16) O disposto na alínea "c" do item VI não se aplica ao aposentado da mantenedora da autogestão.

Art. 22 - Os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva respondem civil e penalmente pelos prejuízos causados quando:

- I. agirem com culpa ou dolo, embora dentro de suas atribuições e poderes; e
- II. violarem a Lei, este Estatuto, o Regimento Interno e os Regulamentos dos planos coletivos de saúde.

Seção II - Da Assembleia Geral

Art. 23 - A Assembleia-Geral é o órgão soberano de deliberação da Associação e dela participará com direito a voto a Associada Mantenedora e os Associados Beneficiários em situação regular, será convocada e instalada na forma deste Estatuto.

§ 1º - A pauta da Assembleia-Geral será sempre estabelecida por quem a convocou.

§ 2º - A Assembleia-Geral poderá ser Ordinária ou Extraordinária, segundo as matérias que serão apreciadas.

§ 3º - A Assembleia-Geral reunir-se-á, obrigatoriamente em Reunião Ordinária, uma vez por ano e em Reunião Extraordinária, tantas vezes quantas forem necessárias.

Art. 24 - A Assembleia-Geral terá as seguintes atribuições:

- I. eleger e destituir membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo;
- II. decidir sobre alterações do Estatuto, após anuência de sua Mantenedora, desde que já tenha firmado o Termo de Garantia Financeira;
- III. decidir sobre a extinção da Entidade, observado o disposto neste Estatuto;
- IV. (Revogado)

§ 1º - A Assembleia-Geral Ordinária ou Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação com a presença do representante da Associada Mantenedora e com a presença do

representante dos Associados Beneficiários e, em segunda convocação com a presença do representante da Associada Mantenedora.

§ 2º - Para deliberação dos assuntos pautados na Assembleia-Geral será adotado o critério de proporcionalidade em relação à contribuição que cada parte realiza. Os votos da Associada Mantenedora presente na Assembleia representarão 70% (setenta por cento), e os Associados Beneficiários presentes na Assembleia representarão 30% (trinta por cento). Na aferição, os votos serão multiplicados por 10 (dez).

§ 3º - (Revogado)

§ 4º - (Revogado)

Art. 25 – (Revogado)

§ 1º - (Revogado)

§ 2º - (Revogado)

Art. 26 - A convocação da Assembleia-Geral será feita:

- I. pelo Presidente do Conselho Deliberativo da Postal Saúde;
- II. pelo Presidente do Conselho Fiscal;
- III. pelo Presidente da Postal Saúde;
- IV. mediante requerimento à Diretoria de 1/5 (um quinto) dos Associados Beneficiários que estejam em situação regular.

Art. 27 - O Edital de Convocação de Assembleia-Geral deverá ser divulgado com a antecedência mínima de 15 dias.

§ 1º - Da data da Publicação do Edital até a realização da Assembleia, a documentação relativa à pauta da reunião deverá ficar à disposição dos Associados.

§ 2º - O Edital de Convocação será divulgado na página da Postal Saúde na internet e fixado em local visível na sede da Mantenedora.

§ 3º - (Revogado)

Art. 28 - A coordenação dos trabalhos da Assembleia-Geral será realizada pelo Presidente da **Postal Saúde**.

Art. 29 – (Revogado)

Art. 30 – (Revogado)

Seção III - Do Conselho Deliberativo

Subseção I - Da Definição

Art. 31 - O Conselho Deliberativo é o órgão de orientação estratégica da **Postal Saúde** e de superior deliberação, exercendo suas atribuições nos termos deste Estatuto.

Subseção II – Da Composição

Art. 32 - O Conselho Deliberativo é composto por 3 (três) membros titulares e respectivos

suplentes, sendo:

- I. 2 (dois) membros titulares, e seus respectivos suplentes, indicados pela Mantenedora;
- II. 1 (um) membro titular representante dos Associados Beneficiários e seu respectivo suplente, eleitos pela Assembleia Geral.

Subseção III - Do Mandato

Art. 33 - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo é de 4 anos, admitida uma reeleição ou recondução, desde que a soma dos anos de gestão neste Conselho e na Diretoria Executiva não ultrapasse 8 anos consecutivos.

§ 1º - O membro do Conselho Deliberativo somente perderá o mandato em virtude de:

- I. renúncia;
- II. cancelamento de sua inscrição como Associado da **Postal Saúde**;
- III. incompatibilidade para o exercício do cargo;
- IV. condenação criminal transitada em julgado;
- V. ausências na forma do parágrafo segundo do Artigo 40;
- VI. decisão da Mantenedora, para os cargos em que detenha o direito de indicação;
- VII. deliberação da Assembleia Geral, mediante motivação devidamente comprovada, para os cargos eletivos;
- VIII. alteração da composição do Conselho Deliberativo em virtude de alteração no Estatuto.

§ 2º - A investidura nos cargos dar-se-á mediante termo de posse lavrado em livro próprio, em reunião do Conselho Deliberativo.

Art. 34 – (Revogado)

Art. 35 – (Revogado)

§ 1º - (Revogado)

§ 2º - (Revogado).

Art. 36 - Nas ausências ou impedimentos temporários dos Conselheiros Deliberativos titulares, estes serão substituído da seguinte forma:

- I. cada conselheiro titular será substituído pelo seu respectivo suplente, conforme definição no momento da indicação ou eleição;
- II. estando impedido ou impossibilitado de comparecer o respectivo suplente, a substituição será feita por outro suplente, com preferência para aquele com maior tempo de filiação à **Postal Saúde**, sempre respeitando a origem de representação.

Parágrafo Único - A convocação do suplente poderá ser feita com antecedência pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou poderá ocorrer no início da reunião em que for verificada a falta do titular.

Art. 37 - Ocorrendo vacância de membro titular no Conselho Deliberativo, esse será substituído pelo suplente. Ocorrendo a segunda vacância caberá à Assembleia-Geral eleger o substituto.

- I. (Revogado)
- II. (Revogado)
 - a. (Revogado)
 - b. (Revogado)

Parágrafo Único – (Revogado)

- I. (Revogado)
- II. (Revogado)

Subseção IV - Das Competências

Art. 38 - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I. eleger em reunião extraordinária, na data da posse dos conselheiros em cada biênio, entre seus próprios membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente;
- II. destituir membros da Diretoria Executiva, na forma deste Estatuto;
- III. empossar os novos membros deste Conselho, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- IV. definir políticas da **Postal Saúde**, respeitadas as disposições dos seus objetivos sociais;
- V. deliberar sobre a instituição e alteração do Regimento Interno e de Regulamentos acerca das disposições deste Estatuto;
- VI. aprovar a estrutura organizacional da **Postal Saúde**, inclusive a criação ou extinção de Gerências Executivas, Regionais, Estaduais e de áreas e instalações de Ouvidoria;
- VII. acompanhar os negócios e as atividades da **Postal Saúde**;
- VIII. deliberar sobre o Orçamento e os Planos Anuais e Plurianuais de Atividades, bem como acompanhar suas execuções;
- IX. definir políticas de investimentos para aplicação das reservas e acompanhar e avaliar os resultados obtidos, determinando, à Diretoria Executiva, quando for o caso, as correções cabíveis;
- X. deliberar sobre aquisição, construção e alienação de imóveis, dação em pagamentos e constituição de ônus e gravames, na forma do Regimento Interno, Manual de Competências e dos limites estabelecidos pelo Orçamento;
- XI. deliberar sobre a nomeação de representantes junto aos órgãos de administração e fiscalização de empresas em que a **Postal Saúde** tenha participação, ainda que acionária, e junto às entidades representativas do setor de saúde;
- XII. acompanhar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva e traçar as orientações cabíveis;
- XIII. deliberar sobre a incorporação ao texto estatutário das alterações decorrentes da legislação;
- XIV. deliberar sobre a instituição de outros planos e celebração de convênios;
- XV. deliberar sobre a realização de consultas extraordinárias a Assembleia Geral;
- XVI. (Revogado)
- XVII. deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis de cada exercício;
- XVIII. aprovar a contratação de Auditoria Externa Independente;
- XIX. convocar membros da Diretoria Executiva para participarem das reuniões do Conselho Deliberativo;
- XX. deliberar sobre propostas de associações com outras entidades ou empresas;
- XXI. analisar anualmente a avaliação atuarial dos Planos de Associados;
- XXII. decidir, tendo presentes os interesses e os objetivos básicos da **Postal Saúde**, sobre os assuntos e as propostas oriundos da sua Diretoria Executiva, bem como sobre os casos e situações em que sejam omissos.
ou carentes de interpretação este Estatuto, o Regimento Interno e os Regulamentos;
- XXIII. cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia-Geral, do Estatuto, do

Regimento Interno e dos Regulamentos.

Subseção V - Do Funcionamento

Art. 39 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente 1 vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo Único - Acarreta a perda do mandato a ausência sem justificativa a 3 reuniões consecutivas do Conselho Deliberativo ou a 5 alternadas no período de 1 ano, ou se julgadas insatisfatórias pelos demais conselheiros as justificativas apresentadas.

Art. 40 - O Conselho Deliberativo terá 1 Presidente e 1 Vice-Presidente, com mandatos de 2 anos, escolhidos pelo próprio órgão dentre os membros indicados pela Mantenedora.

Art. 41 - O quórum para as reuniões do Conselho Deliberativo é de 2 membros.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho Deliberativo são tomadas por maioria de seus membros

Seção IV - Da Diretoria Executiva

Subseção I - Da Definição

Art. 42 - A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral da **Postal Saúde**, ao qual compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão, nos termos deste Estatuto, do Regimento Interno, do Manual e demais Regulamentos.

Subseção II - Da Composição

Art. 43 - A Diretoria Executiva é um órgão composto de 4 membros efetivos, designados pela Mantenedora, cujas atribuições de cada Diretor serão fixadas pelo Regimento Interno da **Postal Saúde**, competindo ao Conselho Deliberativo empossá-los.

Subseção III - Dos Mandatos

Art. 44 - O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de 4 (quatro) anos.

§ 1º - Os cargos da Diretoria Executiva não podem ser exercidos por mais de 2 mandatos consecutivos, considerado para tal fim qualquer período complementar igual ou superior a 18 meses.

§ 2º - O membro da Diretoria Executiva perderá o seu mandato em virtude de:

- I. renúncia;
- II. condenação criminal transitada em julgado;
- III. decisão da Mantenedora;
- IV. incompatibilidade para o exercício do cargo;
- V. (Revogado)

§ 3º - Os membros da Diretoria Executiva também podem ser destituídos pelo Conselho Deliberativo, em caso de fraude, culpa, dolo ou má fé, descumprimento injustificado de decisões do Conselho Deliberativo, simulação ou violação de lei, deste Estatuto, do Regimento Interno e dos Regulamentos; após devida apuração e amplo direito de defesa.

Art. 45 – (Revogado)

§ 1º - (Revogado)

§ 2º - (Revogado)

Art. 46 - Nas ausências ou impedimentos temporários dos membros da Diretoria Executiva, o Regimento Interno deverá dispor sobre os critérios para substituição.

Art. 47 - Nos casos de vacância, as indicações de novos Diretores serão efetuadas pela Mantenedora, eleitos pela Assembleia-Geral e empossados pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - O novo membro da Diretoria Executiva, uma vez empossado, deve apenas completar o mandato do seu antecessor.

Subseção IV - Das Competências

Art. 48 - Compete à Diretoria Executiva:

- I. cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Regimento Interno, os Regulamentos, as deliberações da Assembleia-Geral, do Conselho Deliberativo e observar as recomendações do Conselho Fiscal, propondo ainda ao Conselho Deliberativo as alterações cabíveis no Regimento Interno e Regulamentos vigentes;
- II. propor ao Conselho Deliberativo a instituição de políticas a serem adotadas pela **Postal Saúde**;
- III. administrar a execução das políticas e programas de saúde e de prevenção de doenças;
- IV. submeter ao Conselho Deliberativo propostas para o Orçamento e para os Planos Anuais e Plurianuais de Atividades;
- V. submeter ao Conselho Deliberativo propostas sobre a estrutura organizacional, Regimento Interno e Regulamentos;
- VI. orientar e controlar a execução das atividades técnicas e administrativas e baixar os atos necessários à organização e funcionamento da **Postal Saúde**;
- VII. submeter, anualmente, ao exame do Conselho Deliberativo, Relatório Anual sobre as atividades e a situação patrimonial da **Postal Saúde**, contendo pareceres do Conselho Fiscal e do auditor independente;
- VIII. apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual sobre as atividades e a situação patrimonial da Postal Saúde, após aprovado pelo Conselho Deliberativo;
- IX. submeter ao Conselho Deliberativo políticas de investimentos para aplicação das reservas;
- X. submeter ao Conselho Deliberativo propostas de aquisição, construção, alienação de imóveis, dação em pagamento e constituição de ônus e gravames, na forma do Regimento Interno, Manual e dos Regulamentos e nos limites estabelecidos pelo Orçamento;
- XI. executar as ações necessárias para a prestação da assistência à saúde devida, na forma dos Regulamentos;
- XII. submeter ao Conselho Deliberativo propostas de incorporação ao texto estatutário de alterações decorrentes de lei;
- XIII. propor ao Conselho Deliberativo a instituição de outros Planos de Saúde e celebração de convênios;
- XIV. propor ao Conselho Deliberativo a realização de consultas extraordinárias a Assembleia Geral;
- XV. submeter ao Conselho Deliberativo os recursos dos associados;
- XVI. submeter ao Conselho Deliberativo os casos e situações a respeito dos quais

- sejam omissos ou carentes de interpretação este Estatuto, o Regimento Interno e os Regulamentos;
- XVII. decidir sobre locação de imóveis, na forma do Regimento Interno e do Manual, nos limites estabelecidos pelo Orçamento;
 - XVIII. apresentar ao Conselho Deliberativo Relatório Anual da gestão da Diretoria, dentro dos primeiros 2 meses do ano civil;
 - XIX. propor ao Conselho Deliberativo a nomeação de representantes junto aos órgãos de administração e fiscalização de empresas em que a **Postal Saúde** tenha participação, ainda que acionária, e junto às entidades representativas do setor de saúde em que tiver direito a assento;
 - XX. decidir sobre a suspensão, exclusão e demissão de associados nas situações descritas neste Estatuto e nos Regulamentos;
 - XXI. assegurar a utilização dos meios hábeis para recuperação de quantias devidas à **Postal Saúde**;
 - XXII. propor à Mantenedora novo Plano de Saúde contendo redes credenciadas compatíveis com o seu orçamento de despesa.
 - XXIII. designar o responsável técnico.

Parágrafo Único - O encaminhamento, pela Diretoria Executiva, da proposta orçamentária para deliberação do Conselho Deliberativo, citada no inciso IV deste artigo se dá, impreterivelmente, até 30 de novembro de cada ano.

Art. 49 - Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

- I. administrar a Postal Saúde, com obediência a este Estatuto, ao Regimento Interno, às Normas, aos Regulamentos e às deliberações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva;
- II. representar a **Postal Saúde**, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como nas relações com terceiros, podendo, para tal fim, constituir mandatário, observados este Estatuto, as Normas, o Regimento Interno, os Regulamentos e as deliberações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva;
- III. promover e coordenar as consultas à Assembleia-Geral.

Art. 50 - Os membros da Diretoria Executiva, além do disposto neste Estatuto, têm as atribuições fixadas no Regimento Interno aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Subseção V - Do Funcionamento

Art. 51 - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente com a presença de, no mínimo, 3 diretores, incluído o Presidente ou seu substituto, uma vez por quinzena e, extraordinariamente, quando o Presidente ou 2 dos seus membros a convocar.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva somente poderá reunir-se e deliberar com a presença de no mínimo de 2 diretores efetivos, observado o disposto no *caput*.

Art. 52 - Os diretores praticarão os atos necessários à gestão da **Postal Saúde**, de forma individual ou coletiva, observando as atribuições definidas neste Estatuto, no Regimento Interno e Manual.

Seção V - Do Conselho Fiscal

Subseção I - Da Definição

Art. 53 - O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira e deve exercer suas funções nos termos deste Estatuto e do seu Regimento Interno.

Subseção II - Da Composição

Art. 54 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

- I. 2 (dois) membros titulares, e seus respectivos suplentes, indicados pela Mantenedora;
- II. 1 (um) membro titular representante dos Associados Beneficiários e seu respectivo suplente, eleitos pela Assembleia Geral.

Subseção III - Dos Mandatos

Art. 55 - Os membros do Conselho Fiscal exercem mandatos de 4 anos, vedada a recondução.

§ 1º - O membro do Conselho Fiscal somente perderá o seu mandato em virtude de:

- I. renúncia;
- II. cancelamento de sua inscrição como Associado da **Postal Saúde**;
- III. incompatibilidade para o exercício do cargo;
- IV. condenação criminal transitada em julgado;
- V. ausências na forma do parágrafo único do art. 62;
- VI. decisão da Mantenedora para os cargos em que a essa detenha o direito de indicação;
- VII. deliberação da Assembleia-Geral, mediante motivação devidamente comprovada, para os cargos eletivos.

Art. 56 – (Revogado)

Art. 57 – (Revogado)

§ 1º - (Revogado)

§ 2º - (Revogado)

Art. 58 - Nas ausências ou impedimentos temporários do Conselheiro Fiscal titular, este é substituído pelo seu respectivo suplente, conforme definição no momento da indicação ou eleição.

§ 1º - Estando impedido ou impossibilitado de comparecer o respectivo suplente, ou no caso de sua inexistência, a substituição é feita pelo outro suplente da mesma origem de representação, com preferência para aquele com maior tempo de filiação à **Postal Saúde**.

§ 2º - A convocação do suplente pode ser feita com antecedência pelo Presidente do Conselho Fiscal ou pode ocorrer no início da reunião em que for verificada a falta do titular.

Art. 59 - Ocorrendo vacância de membro titular no Conselho Fiscal, esse será substituído pelo suplente. Ocorrendo a segunda vacância caberá à Assembleia-Geral eleger o substituto. Parágrafo Único – (Revogado).

- I. (Revogado)
- II. (Revogado)

Subseção IV - Das Competências

Art. 60 - Compete ao Conselho Fiscal, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Lei ou Normas em vigor:

- I. examinar os balancetes mensais;
- II. emitir parecer sobre as demonstrações contábeis do exercício e sobre o Relatório Anual da Diretoria Executiva;
- III. examinar, sempre que julgar conveniente, os livros e documentos da **Postal Saúde**, bem como quaisquer operações, atos e resoluções praticados por seus órgãos administrativos ou colegiados;
- IV. apontar eventuais irregularidades, sugerindo medidas saneadoras;
- V. fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VI. emitir, periodicamente, relatório sobre Controles Internos;
- VII. propor o Regimento Interno do Conselho Fiscal à aprovação do Conselho Deliberativo.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal podem requisitar a apresentação dos livros e de todo e qualquer documento da **Postal Saúde**, bem como informações aos membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, não dependendo tais requisições de deliberação ou aprovação dos demais membros.

§ 2º - As requisições de que trata o parágrafo anterior são encaminhadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, que delas dará ciência aos demais membros e, salvo deliberação em contrário do referido Conselho, fixará prazo para seu atendimento, nunca inferior a 10 dias.

§ 3º - O Conselheiro Fiscal deverá guardar o sigilo sobre as informações obtidas por decorrência do mandato.

Art. 61 - O Conselho Fiscal poderá exigir a contratação de empresa de auditoria contábil, atuarial ou financeira para realização de trabalhos específicos.

Subseção V - Do Funcionamento

Art. 62 - O Conselho Fiscal realiza reuniões ordinárias trimestralmente e extraordinárias sempre que convocadas pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo Único - A ausência sem justificativa a 3 reuniões consecutivas ou a 5 alternadas no período de 1 ano, acarreta a perda do mandato do Conselheiro.

Art. 63 - O Conselho Fiscal tem 1 Presidente e 1 Vice-Presidente, com mandatos de 2 anos, eleitos pelo próprio órgão e escolhidos da seguinte forma:

- I. será eleito o Presidente e o Vice-Presidente, dentre os membros indicados pela Mantenedora;
- II. (Revogado)

Art. 64 - O quórum para as reuniões do Conselho Fiscal é de 2 membros.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de seus membros.

Seção VI - Das Eleições, Indicações, Substituições e Requisitos dos Membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal

Art. 65 - Os Diretores Executivos e Conselheiros Deliberativos e Fiscais indicados pela Mantenedora são nomeados ou substituídos por meio de comunicado formal da Mantenedora ao Presidente do Conselho Deliberativo da **Postal Saúde**.

Art. 66 – As eleições dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal são realizadas pela Assembleia Geral de 4 em 4 anos.

CAPÍTULO V - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 67 - O exercício financeiro da **Postal Saúde** se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras e elaborado o Relatório da Diretoria.

Parágrafo Único - Todas as demonstrações financeiras, do exercício que finda, deverão ser submetidas à auditoria contábil realizada por empresas ou profissionais registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Art. 68 - A dissolução da **Postal Saúde** dar-se-á por:

- I. deliberação da Assembleia Geral; ou
- II. nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de extinção da **Postal Saúde**, o patrimônio remanescente será transferido para a Mantenedora, devendo aplicá-lo na assistência à saúde dessas pessoas naturais e demais beneficiários que, na ocasião estiverem vinculados aos planos ofertados pela Postal Saúde, através de destinação à entidade de fins não econômicos.

Art. 69 - O primeiro mandato dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal não observarão o início de vigência contemplado nos arts. 35, 45 e 57 deste Estatuto, não sendo o período anterior ao mês de junho de 2013 computados como mandato para os casos de contagem de prazo máximo no cargo.

Art. 70 - O presente Estatuto somente poderá ser alterado por deliberação de Assembleia-Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Art. 71 - Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no cartório competente.

Brasília / DF, 02 de Outubro de 2019

Floriano Peixoto Vieira Neto

Presidente da Assembleia-Geral

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT

CNPJ 34028316/0001-03

NIRE 5350000030-5


DIRETORIA EXECUTIVA

**EXTRATO DE DECISÃO CONSTANTE DA ATA DA 39ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DA DIRETORIA/2019**

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e cinquenta minutos, no vigésimo andar do Edifício Sede dos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, situado no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Diretoria Executiva dos Correios, sob a Presidência de Floriano Peixoto Vieira Neto, para a realização da trigésima nona Reunião Ordinária deste exercício. Presentes os Diretores Heronides Eufrásio Filho, Celso José Tiago, Alex do Nascimento, Carlos Henrique de Luca Oliveira Ribeiro e Danilo Cezar Aguiar de Souza. Ausente o Diretor Lorenzo Jorge Eduardo Cuadros Justo Júnior, em viagem a serviço. Registra-se que conforme disposto no art. 60, § 2º do Estatuto Social dos Correios, o Presidente dos Correios indicou o Diretor de Operações, Carlos Henrique de Luca O Ribeiro, para responder pela Diretoria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças/Diefi no período de 21/09 a 06/10. À luz do disposto no subitem 8.6.1. do Regimento Interno da Diretoria Executiva, ainda estiveram presentes Heglehyschinton Valério Marçal e Celso Nunes da Silva Filho, da Assessoria Especial da Presidência dos Correios. O Presidente declara aberta a sessão e submete à Diretoria Executiva a Ata da 38ª Reunião Ordinária do exercício de 2019, a qual é APROVADA, passando-se, a seguir, ao exame dos demais itens constantes da pauta de assuntos. **1. MATÉRIA - 1.1. DIRETOR DE GOVERNANÇA, COMPLIANCE E SEGURANÇA - 2.1.1. Alteração do Estatuto Social da Postal Saúde - Relatório/DIGOV nº 021/2019.** Convida Paula Ribeiro Mesaros, Gerente de Supervisão e Governança das Entidades, acompanhada

EXTRATO DE DECISÃO CONSTANTE DA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA/2019 1



de Heglehyschynon Valério Marçal, da Assessoria Especial da Presidência dos Correios, para juntos explanarem o assunto. A Diretoria Executiva APROVA a proposta de alteração do Estatuto Social da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios – Postal Saúde. A Diretoria de Governança, *Compliance* e Segurança deve comunicar aos envolvidos. A Diretoria Executiva classifica o assunto como CONFIDENCIAL. **ENCERRAMENTO.** E, como nada mais houve a tratar, foi encerrada a reunião, às doze horas e vinte minutos, da qual eu,  Renata Rodrigues Ferreira, lavrei esta ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os dirigentes presentes.



Renata Rodrigues Ferreira

Secretária das reuniões dos Órgãos Colegiados Estatutários



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Diretoria de Governança Compliance e Segurança - PRESI

Ofício Nº 10229714/2019 - DIGOV-PRESI

Ao Senhor

PIETRO CALIXTO ANTUNES

Presidente do Conselho deliberativo da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios
SBN Quadra 1 Bloco F, 5º e 6º Andares, Edifício Palácio da Agricultura
70040-908 - Brasília-DF

Assunto: Proposta de alteração do Estatuto Social da Postal Saúde

Referência: Processo SEI 53180.042292/2019-61

Senhor Presidente do Conselho deliberativo,

1. Encaminho a essa Caixa de Assistência o Ofício GGOE-DGOVE (SEI 10227955), com os respectivos anexos, para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Anexos: I - Ofício GGOE-DGOVE (SEI 10227955)

II - Minuta do Estatuto Social do Postal Saúde (10227863);

III - Ata da 39ª Reunião Ordinária da Diretoria/2019 (10227941).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

CELSO JOSÉ TIAGO

Diretor de Governança, Compliance e Segurança



Documento assinado eletronicamente por **Celso Jose Tiago, Diretor**, em 09/10/2019, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10229714** e o código CRC **9F296C9D**.



SBN QUADRA 1 BLOCO A, - Bairro ASA NORTE, Brasília/DF, CEP 70002900 - <http://www.correios.com.br>

Referência: Processo nº 53180.042292/2019-61

SEI nº 10229714